



## TCU faz auditoria em cobrança de dívidas de produtores gaúchos

Tribunal deverá concluir em outubro revisão dos contratos de financiamentos agrícolas em situação de inadimplência no Rio Grande do Sul, como anunciou Ana Amélia durante audiência pública em Porto Alegre. Auditoria investiga possíveis abusos nos juros e nas taxas de correção de dívidas



Entre deputados gaúchos e representantes de produtores rurais do estado, Ana Amélia anuncia previsão de término da auditoria do órgão de fiscalização

**E**m audiência pública da Comissão de Agricultura, representantes dos produtores rurais gaúchos rejeitaram o rótulo de maus pagadores. Eles apresentaram à senadora Ana Amélia uma série de reivindicações, incluindo condições mais favoráveis para o pagamento de dívidas, controle da especulação no preço de insumos e melhor infraestrutura de transporte. **3**

**Juristas definem procedimentos para debates sobre arbitragem** **4**

**Crescimento da mineração no Brasil é tema de audiência** **2**



Valadares (D) exalta a importância do turismo em evento com Lídice da Mata

### Investimentos no Nordeste são assinados em seminário

Durante evento promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional em Sergipe, foram assinados três documentos para

impulsionar o turismo na região e para licitação de anteprojeto de canal que bombeará água do Rio São Francisco. **4**



### Comandante da FAB falará sobre compra de caças

Em audiência marcada para amanhã na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Juniti Saito tratará da aquisição de 36 aviões pela Aeronáutica. No final deste ano, os caças Mirage 2000 do Brasil serão aposentados. Devido aos sucessivos adiamentos no processo de compra, as ofertas de empresas aéreas estrangeiras vencem este mês sem a decisão do Brasil. **4**

O caça Super Hornet, da empresa Boeing, é uma das possibilidades de compra apontadas pela Aeronáutica

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**  
Lei 12.810/2013



### MAIS CRÉDITO PARA SUA REGIÃO

O Congresso aprovou a Lei 12.810/2013, que permite aos estados e municípios renegociar e parcelar suas dívidas com a Previdência Social. Isso contribui para o desenvolvimento de sua região.

Governadores e prefeitos têm até o dia 30 de agosto de 2013 para repactuar as dívidas previdenciárias.

saiba mais em:  
www.senado.leg.br/agoraelei



# Ciclo de debates aborda expansão do setor mineral

Intitulado Mineração: governança e logística, ciclo promovido pela Comissão de Infraestrutura quer reunir propostas para modernização e aumento da competitividade dos serviços de mineração no Brasil



Mina em Carajás, Pará: série de debates contribuiu com elementos para o projeto que cria o marco regulatório da mineração

OS CAMINHOS PARA o desenvolvimento do potencial mineral brasileiro serão tema do terceiro painel sobre mineração promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O painel é parte do ciclo Mineração: governança e logística, que a comissão promove. A audiência está marcada para hoje, às 18h.

De acordo com o presidente

da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), o objetivo das audiências é ouvir propostas referentes à modernização e expansão dos serviços; ao aumento da competitividade; ao crescimento da economia e do bem-estar da população; e à utilização de investimentos e de novas formas de gestão.

O debate reunirá o professor Caetano Juliani, da

Universidade de São Paulo; o secretário-executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira, Onildo João Marini; o professor Mario Ernesto, da Universidade Federal de Sergipe; e a coordenadora de Programas Mobilizadores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Tássia de Melo Arraes.

## Greve de servidores do Dnit em discussão

Logo depois da audiência sobre mineração, a CI vai debater a greve dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). De acordo com requerimento de Fernando Collor, eles estão parados desde 25 de junho, o que tem retardado o cronograma de obras de infraestrutura no país.

Os servidores reivindicam

a reestruturação do plano de carreira e a equiparação com as Agências Nacionais de Transportes Terrestres (ANTT) e de Transportes Aquaviários (Antaq). O governo ofereceu, até o momento, um reajuste de 15,8% em duas parcelas.

Decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que ao menos 50% dos servidores permaneçam em trabalho.

Para a audiência, foram convidados o diretor-executivo do Dnit, Tarcísio Gomes de Freitas; o secretário do Ministério do Planejamento Sérgio Eduardo Arbulu; o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Josemilton da Costa; e o representante da Comissão Nacional dos Servidores do Dnit, Luiz Heleno Filho.

## TSE anula acordo para repasse de dados à Serasa

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, anulou na sexta-feira o acordo firmado, em julho, entre o tribunal e a empresa privada de proteção ao crédito Serasa Experian para fornecimento de dados cadastrais dos mais de 141 milhões de eleitores brasileiros.

A decisão individual será submetida ao Plenário do

tribunal na sessão administrativa de amanhã.

Na quinta-feira, Cármen Lúcia havia encaminhado ao Senado cópia de decisão cautelar que suspendeu o acordo. Na decisão, a corregedora-geral da Justiça Eleitoral, ministra Laurita Vaz, aponta risco de quebra de sigilo com o fornecimento das informações.

No dia anterior, Ricardo

Ferraço (PMDB-ES) havia apresentado requerimento com pedido de informação ao tribunal sobre os motivos do acordo. O requerimento ainda deve ser votado pelo Plenário do Senado.

Segundo o TSE, o acordo chegou a ser executado porque dependia do desenvolvimento de um sistema para o acesso aos dados cadastrais.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### PLENÁRIO Discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

### PRESIDÊNCIA Sessão comemorativa

11h Renan Calheiros preside sessão do Congresso que comemora 25 anos da União Brasileira de Mulheres.

### CI Ciclo sobre mineração

18h "Caminhos para o desenvolvimento do potencial mineral brasileiro" é tema do ciclo sobre investimento e gestão na Comissão de Infraestrutura. Logo após, audiência discute a situação dos servidores do Dnit.

TERÇA

### SUBCOMISSÃO DA COPA Aldo Rebelo

8h30 O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, fala à Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 sobre vitorias e prazos para conclusão das obras.

### CCT Desastres climáticos

9h Votação, em turno suplementar, de substitutivo a projeto que institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos. Na pauta, projetos de decreto legislativo que autorizam concessão de rádio e TV.

### CAE LDO

9h30 Discussão e votação de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014. Análise de pedidos de operação de crédito externo para São Paulo, Pará e Sergipe. Análise de projeto que eleva a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda.

### CE Idosos

11h A pauta inclui projeto que garante programa de educação para idosos em nível superior. Após a reunião, votação de emendas à LDO 2014.

### CMMC Baixo carbono

11h Os mecanismos financeiros para uma economia de baixo carbono em debate com o coordenador-geral de Meio Ambiente da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Aloisio Lopes.

### CDH Estatuto da Paz

12h Na pauta, projeto das diretrizes gerais da política para a promoção de paz (Estatuto da Paz) e proposta que torna crime o abandono afetivo dos filhos.

### CRE Aviões de caça

14h30 Audiência pública para debater a aquisição de caças com transferência de tecnologia para a FAB. A comissão examina ainda a indicação de diplomatas para embaixadas no Japão e na Holanda.

### CI Expansão hidrelétrica

7h30 A construção de usinas hidrelétricas a fio d'água para a expansão da geração hidrelétrica será debatida com o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. A CI vota ainda emendas à LDO.

### CAS Remédio a preço de custo

9h Na pauta, projeto que permite a farmácias vender medicamentos a preço de custo a aposentados do INSS e a lançar a diferença entre o preço e o de mercado como despesa operacional. Às 10h30, votação de emendas à LDO 2014.

### CDR Emendas à LDO

9h Discussão e votação de emendas da comissão ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014.

### CCJ Novo rito para vetos

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto que modifica o processo de apreciação dos vetos presidenciais.

### CONSTITUIÇÃO / LEI MARIA DA PENHA

11h Lançamento da Constituição no formato ePub, na sala da Presidência do Senado. Às 18h, será comemorado o sétimo aniversário da Lei Maria da Penha, no Salão Nobre da Câmara, por iniciativa das Procuradorias do Senado e da Câmara.

### CÓDIGO PENAL Reunião ordinária

15h Reunião de trabalho.

### CCJ Ação rescisória

9h Audiência pública sobre a PEC 15/2011, que visa transformar os recursos extraordinário e especial em ação rescisória. Será ouvido o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho.

### CAS Petróleo e trabalho

11h A Comissão de Assuntos Sociais promove audiência pública sobre leilão do petróleo e precarização do trabalho.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretora-adjunta:** Virgínia Galvez

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência, Ana Amélia anunciou, para outubro, conclusão de auditoria sobre possíveis abusos dos bancos na cobrança de juros e taxas ao renegociar dívidas em atraso

# TCU revê contratos de agricultores gaúchos

ATÉ OUTUBRO SERÁ concluída, pelo Tribunal de Contas da União, uma revisão dos contratos de financiamentos agrícolas gaúchos em situação de inadimplência. A informação foi dada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) na sexta-feira, durante audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

A finalidade da auditoria do TCU — encomendada pela Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul (Aprosoja) — é averiguar a ocorrência de possíveis abusos pelos bancos na cobrança de juros e outras taxas na correção dos saldos devedores dos contratos em atraso.

Ana Amélia, que presidiu a reunião, anunciou a conclusão da revisão após ouvir as reivindicações de representantes de agricultores do estado, listadas pelo presidente da Aprosoja, Ireneu Orth. Entre



Em Porto Alegre, Ana Amélia conduz o debate com deputados gaúchos e representantes de agricultores do estado

as reivindicações, está o oferecimento pelos bancos da possibilidade de renegociação de contratos inadimplentes com a aplicação de taxas de juros subsidiadas e com prazos longos, acima de 20 anos.

Orth considerou também fundamental o estabelecimento de um mecanismo pelo governo federal que evite a elevação especulativa de preços de insumos utilizados na produção agrícola — tais como fertilizantes, defensivos

e sementes — em razão da valorização sazonal das cotações internacionais de determinadas commodities, como é o caso da soja.

## Bons pagadores

O economista da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul Antônio da Luz tentou retirar dos produtores rurais o rótulo de maus pagadores, associado a eles no Brasil, segundo o economista. Baseando-se em dados do

Banco Central, ele demonstrou que, entre os empréstimos bancários, sejam destinados a pessoas físicas ou jurídicas, os financiamentos agrícolas são os que apresentam as menores taxas de inadimplência.

— O produtor precisa estar em dia porque senão ele interrompe um ciclo, que é curto, entre pegar o dinheiro, plantar, colher e pagar — explicou.

Antônio da Luz destacou o fato de a quase totalidade dos recursos destinados ao crédito

rural no Brasil se originarem de economias privadas que são captadas pelos bancos e depositados no Banco Central como depósito compulsório.

Márcio Langer, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, reclamou das dificuldades de operacionalização, pelos bancos, tanto de renegociações de dívidas quanto da concessão de novos empréstimos. Segundo ele, os bancos de fábricas de equipamentos agrícolas, como tratores e colheitadeiras, são os que oferecem atendimento de pior qualidade no caso de propostas de renegociações.

Henrique Dornelles, presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), reclamou da falta de uma estrutura logística adequada de transportes no país. Segundo ele, no caso da rizicultura, esse é um gargalo importante que obstaculiza o desenvolvimento da atividade.



José Cruz/Agência Senado

Para Viana, Supremo resolveu caso de insegurança jurídica



José Cruz/Agência Senado

Senadora cita queda na confiança de empresários



José Cruz/Agência Senado

Para Cristovam Buarque, educação deve ser federalizada



José Cruz/Agência Senado

Vanessa diz que a segurança dos países está em risco



José Cruz/Agência Senado

O senador João Durval pede alterações pontuais na LRF



José Cruz/Agência Senado

Gurgacz relata protestos da população em Jaci-Paraná

## Viana destaca nova posição do STF sobre mandatos

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer que cabe ao Congresso deliberar sobre a perda de mandato de senador ou deputado condenado foi destacada por Jorge Viana (PT-AC). A mudança ocorreu na quinta-feira, em julgamento no qual Ivo Cassol (PP-RO) foi condenado.

Para Viana, o Supremo resolveu a “insegurança jurídica” que ficou estabelecida na relação com o Congresso desde o julgamento do mensalão (agora em fase de recurso), quando o STF definira que os quatro deputados condenados perderiam os mandatos imediatamente.

Viana observou que o Supremo pode condenar qualquer parlamentar, mas lembrou que a decisão sobre a perda do mandato deve ser feita pela Casa a que pertence o político.

## Lúcia Vânia diz que governo Dilma dá sinais de exaustão

Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou a dificuldade do governo Dilma Rousseff para resolver problemas econômicos e sociais, mostrando-se indeciso e evidenciando sinais de exaustão.

— A sociedade tem a impressão de um governo que acabou antes do final — afirmou.

Ela disse, com base em dados da CNI, que a confiança dos empresários é a mais baixa desde 2009. Além disso, de acordo com a CNC, houve queda de 2,2% na confiança do empresário.

— O governo apresenta suas soluções num dia e no outro volta atrás. Não tem certeza de nada e atua sempre ao sabor do vento — afirmou, citando o recuo nos dois anos adicionais para formação de médicos e o uso de dividendos do BNDES para cumprir o superávit de 2,3% do PIB.

## Cristovam: ensino pulverizado facilita desvio de verba

A Controladoria-Geral da União (CGU) denunciou desvio de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), a fiscalização da CGU em 73 municípios constatou que 69,3% das verbas foram usadas em ações incompatíveis com os objetivos do fundo, como compra de carros de luxo, lanchas, chácaras e bebidas para festas de políticos em campanha.

— Tirar dinheiro de criança é mais grave do que tirar dinheiro genericamente — disse, ao informar que a cada ano o Fundeb transfere R\$ 10 bilhões a estados e municípios.

Para Cristovam, a federalização da educação garantirá que o dinheiro do Fundeb seja efetivamente gasto na educação.

## Vanessa reforça necessidade de CPI da espionagem

A gravidade das denúncias de espionagem praticadas no Brasil pelo governo dos Estados Unidos exige a imediata instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o tema. Foi o que afirmou na sexta-feira a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) em Plenário.

Para Vanessa, as audiências realizadas sobre o assunto pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) reiteraram a necessidade de uma profunda investigação sobre as denúncias.

— Creio que seja muito importante fazer essa instalação na semana que vem — reforçou.

O requerimento apresentado pela parlamentar para a instalação da comissão já foi lido em Plenário. Para efetivamente começar a funcionar, falta a indicação dos representantes dos partidos pelos líderes.

## Para Durval, Lei de Responsabilidade Fiscal precisa mudar

Há 13 anos em vigor, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) promoveu benefícios ao país, como a redução do desperdício de recursos públicos, mas contém inadequações que penalizam a gestão municipal, na opinião de João Durval (PDT-BA).

Em discurso, ele pediu a revisão de trechos da lei, como o limite de gastos com pessoal, fixado em até 54% da receita corrente líquida do município. Argumentou que contratações para serviços obrigatórios, como educação e saúde, consomem praticamente todo o limite permitido. Com isso, afirmou, muitos prefeitos ficam impedidos de contratar profissionais, mesmo de forma temporária, para outras ações, como desenvolvimento rural.

— Falta definição clara do que deve ser enquadrado como despesa de pessoal — disse.

## Segundo Gurgacz, construtores não cumprem acordo

Em discurso, Acir Gurgacz (PDT-RO) registrou os protestos da população do distrito de Jaci-Paraná, distante 100 quilômetros de Porto Velho, contra a falta de atenção do poder público e das empresas de construção das hidrelétricas do Rio Madeira. Eles exigem a execução das obras prometidas, como o hospital de obstetrícia, a delegacia, a instalação de coleta de lixo e a pavimentação de ruas.

Segundo disse, a população também está preocupada com o aumento da cota nos reservatórios da Usina de Santo Antônio em quase um metro, o que vai ampliar a potência da usina. Os moradores temem que haja uma área maior de alagamento, atingindo novas comunidades e exigindo mais remoções, e reclamam explicações, conforme o senador.

## Compra de caças pela FAB é tema de debate no Senado

A aquisição de 36 caças estrangeiros pela Força Aérea Brasileira (FAB) é o tema da audiência pública que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) fará amanhã. O convidado para o debate é o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito.

Segundo o presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), no pedido para a realização da audiência, a atual fase do Projeto FX-2, da FAB, consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça “de múltiplo emprego”, incluindo itens como os simuladores de voo, a logística inicial e a transferência de tecnologia.

### Três opções

Segundo Ferraço, a Estratégia Nacional de Defesa enfatizou que a compra desses aviões de guerra deveria ter como característica prioritária a transferência de tecnologia para o Brasil por parte do país vendedor. Em 2008, a Aeronáutica chegou a anunciar a seleção de três aeronaves como possíveis objetivos de compra do Brasil: Boeing F-18E/F Super Hornet (norte-americano), Dassault Rafale F3 (francês) e Saab Gripen NG (sueco). Ferraço explicou que, devido aos sucessivos adiamentos, as ofertas apresentadas pelas empresas estrangeiras para venda de seus aviões vencem neste mês, o que levará à renovação das ofertas.

Os caças Mirage 2000 do Brasil serão aposentados no último dia de 2013, o que preocupa o senador em virtude da possibilidade de a compra dos novos aviões não ser concretizada ainda neste ano.



Praia de Pajuçara, em Alagoas: recursos para o turismo têm objetivo de desenvolver a economia da Região Nordeste

## Investimentos no Nordeste são anunciados em evento

Licitação para canal que bombeará água do Rio São Francisco e acordos para incrementar turismo em Sergipe foram anunciados durante audiência, em Aracaju, da Comissão de Desenvolvimento Regional

DURANTE O SEMINÁRIO sobre o Nordeste promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) foram assinados três documentos que trarão investimentos em infraestrutura e turismo para a região.

Um dos documentos autoriza licitação do anteprojeto da primeira etapa do Canal de Xingó, com 130 quilômetros, no valor de R\$ 6,7 milhões. O canal bombeará água captada no Rio São Francisco, por um canal adutor, para municípios da Bahia e de Sergipe. A autorização foi assinada pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, e pelo o governador em exercício de Sergipe, Jackson Barreto.

Também foram assinados dois documentos para a área de turismo. Um acordo entre o Ministério do Turismo e o governo de Sergipe vai permitir a potencialização da atividade turística em Aracaju, com destaque para a reforma e ampliação do Centro de Convenções e para a revitalização do complexo turístico. Já o pacto assinado

entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura de Aracaju tem como objetivo a implantação, melhoria e expansão da sinalização turística da cidade.

O presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), disse considerar o evento histórico por apresentar resultados concretos para a região. Para ele, o Canal de Xingó é uma obra fundamental para todo o Nordeste.

— O turismo é, cada vez mais, uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento regional, o que deixa clara a necessidade de fomentarmos a atividade turística, identificando suas potencialidades produtivas e o incremento de seu dinamismo econômico — afirmou o senador.

### Libertação

Jackson Barreto disse que o Canal de Xingó significará “libertação para o povo do semiárido”.

— A assinatura da licitação do anteprojeto da primeira etapa do Canal de Xingó transforma em realidade o sonho de todo o povo sergipano, especialmente do povo da

região do semiárido. É a água da libertação — considerou.

Ainda durante o evento, o presidente da comissão recebeu uma carta dos secretários de Turismo do Nordeste, que solicitam intervenção junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para solucionar problemas enfrentados na aviação comercial brasileira. Entre as dificuldades citadas, estão os preços elevados das passagens aéreas e a falta de medidas eficazes para a correção de discrepâncias existentes no setor. Valadares informou que o assunto será discutido pela comissão.

O seminário reuniu lideranças políticas e empresariais de Sergipe e do Nordeste. Participaram do evento o Ministro do Turismo, Gastão Vieira; o vice-governador da Paraíba, Rômulo Gouveia; o prefeito de Aracaju, João Alves; os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Lídice da Mata (PSB-BA), João Capiberibe (PSB-AP) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE), deputados federais e estaduais e prefeitos e secretários de turismo do Nordeste.

## Projetos que afetam crianças serão votados amanhã em comissão

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisará amanhã 19 projetos de lei, a maioria em votação final.

Um dos projetos, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), torna crime o abandono afetivo dos filhos. A proposta (PLS 700/2007) prevê pena de detenção de um a seis meses para “quem deixar, sem justa causa, de prestar assistência moral ao filho menor de 18 anos, prejudicando-lhe o desenvolvimento psicológico e social”.

### Hospedagem

Projeto de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) proíbe a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento similar, salvo se autorizado ou acompanhado de pai ou responsável (PLS 702/2011).

Proposta de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) autoriza o conselho tutelar a requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, cultura, esporte, lazer, previdência, trabalho e segurança (PLS 110/2011). Em seu relatório, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) argumenta que essas são atividades necessárias às crianças e aos adolescentes.

De autoria de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o PLS 667/2011 altera a lei que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (Lei 12.127/2009), instituindo o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Além dos casos de crianças e adolescentes, o cadastro passaria a incluir informações sobre adultos cujo desaparecimento tenha sido registrado na polícia.

## Juristas decidem procedimento para audiência sobre arbitragem

A comissão de juristas destinada a elaborar anteprojeto para modernizar a Lei de Arbitragem definiu, na sexta-feira, os procedimentos para as audiências públicas que acontecerão neste mês e discutiu o prazo para o término dos trabalhos, previsto para 30 de setembro.

Para atualizar a Lei 9.307/1996, que regulamenta a busca de solução de litígios entre pessoas físicas ou jurídicas de forma mais prática, rápida e eficaz, passando ao largo de processos judiciais, os juristas irão realizar audiências com a sociedade civil. Ficou estabelecido que os convidados terão

liberdade para apresentar suas convicções e não tratarão de um tema específico em suas exposições.

O presidente da comissão, o ministro do STJ Luis Felipe

Salomão, reuniu-se com os presidentes da Câmara e do Senado e defendeu que o grupo deve aproveitar o momento político.

— É uma agenda que os

presidentes das Casas consideram positiva para a sociedade e para o Parlamento. O momento é bom para encaminharmos nosso trabalho — disse.

Nas audiências, que irão

de 26 a 30 de agosto, estão previstas as participações de representantes da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&F Bovespa; do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do TJSP; do International Mediation Institute — Brasil; da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; e do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio no Brasil, entre outros.

A comissão de juristas para a reforma da Lei de Arbitragem e Mediação foi criada em abril a partir de requerimento apresentado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.



Luis Felipe Salomão (D) preside reunião da comissão de juristas que estuda mudanças na Lei de Arbitragem e Mediação